

Economista mexicana investiga a dívida

14 SET 1986

Lúcia Mathos

Fazer contatos com autoridades federais da área econômico-financeira para obter dados mais concretos sobre a administração da dívida externa brasileira, com o objetivo de colher mais subsídios para um estudo abrangente do Instituto de Investigações Econômicas do México. E, ainda, ministrar, a partir de amanhã, um curso aberto ao público, de Introdução à Economia Política da América Latina, a convite do Núcleo de Estudos do Caribe e Latino-América/Necla da UnB. São esses os motivos pelos quais a professora e economista mexicana Alicia Giron acaba de chegar a Brasília.

Alicia Giron possui mestrado e doutorado em Estudos de Economia Latino-Americana, e integra também a equipe de professores da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Autônoma do México, UNAM. Preocupada com o crescente endividamento externo dos países da América Latina, ela acredita que as exigências do pagamento da dívida de cada país não devem subestimar a importância das questões sociais e a necessidade de desenvolvimento e crescimento interno. Ela preferiu não identificar as autoridades federais com as quais se avistara, alegando que informações como as de que precisara são trocadas entre técnicos a um nível mais confidencial.

O México possui uma dívida externa de US\$ 105 (cento e cinco) bilhões, que tem roubado muito mais do que preciosas horas de sono do povo mexicano. Mesmo após a última rodada de negociações com o Fundo Monetário Internacional, em julho passado, Alicia Giron considera "imprevisíveis" seus desdobramentos.

Ela recorda que, até pouco antes de 1976, não havia problema de liquidez com a dívida externa de seu país. Mas em setembro de 1976, o México precisou negociar o primeiro pacote com o FMI, pelo período de três anos: 1977-1978-1979. O dinheiro dos primeiros empréstimos ao México foi canalizado para a exploração do petróleo. Na época, esse tipo de procedimento constituía uma novidade para a economia mexicana, até então com a estrutura voltada para a agricultura, exploração de minérios, prata e manufaturas.

"Essa orientação do capital transnacional para o setor petrolífero obedeceu a uma estratégia norte-americana para converter o México em sua reserva estratégica", relata a economista mexicana. Segundo ela, essa preocupação visava, em termos práticos, evitar que os países árabes bloqueassem as exportações de petróleo aos Estados Unidos, país do qual o México depende cada vez mais, e que é seu primeiro parceiro comercial. Por outro lado, visava também incrementar a oferta de petróleo, a nível internacional, baixando-lhe o preço, a longo prazo.

Uma vez terminado o prazo previsto pelo primeiro pacote negociado, o Estado mexicano contratou cerca de US\$ 20 (vinte) bilhões de dólares (1980-1981-1982) em dívida de curto prazo. Em parte, para manter a estabilidade do peso mexicano frente ao dólar, e não parar a economia. Nessa fase, houve uma fuga de capitais, através da abertura de contas bancárias dos mexicanos nos EUA, além de compras de bens e imóveis. Em junho de 1981, ocorreu a primeira queda de preços do petróleo, a nível internacional, tornando o México um país de alto risco para o capital transnacional.

Em agosto de 1982, o México se declarou insolvente, não podendo então fazer frente ao pagamento do serviço da dívida externa. Foi elaborado um plano de resgate por parte do FMI, Banco Mundial, Banco de Pagamentos Internacionais da Suíça, e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. Ai, o Pentágono norte-americano — informou Alicia Giron — deu ao México dinheiro antecipado pela compra de petróleo para a sua reserva estratégica. A nível interno foi feita a nacionalização de bancos e o controle de câmbios. Então, partiu-se para outro plano de estabilização econômica, que vigorou nos três primeiros anos do governo do presidente Miguel de La Madri (1983-1984-1985).

Baseado nisso, Miguel de La Madri traçou um plano global de desenvolvimento, que possui seis pontos básicos: renegociação da dívida externa; venda ou fechamento de empresas paraestatais que não sejam estratégicas; portas abertas ao capital estrangeiro; redução do gasto públicos; redução do salário real dos trabalhadores, e a abertura do México através do GATT. Com o aceleração da queda dos preços do petróleo, ao final de 1985, princípio de 1986, foi apressado ainda mais o processo de insolvência do México, o que levou a nova (e última) negociação com o FMI, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento/BID. Esses lhe concederam três bilhões e seiscientos e quarenta milhões de dólares, dos quais já recebeu uma parte. E esta sendo negociado ainda um pedido de US\$ 11 (onze) bilhões, à banca transnacional. "A dívida externa converteu o México em exportador de petróleo e, em exportador de capital", conclui Alicia Giron.

O curso

O curso de Introdução à Economia Política da América Latina (1940-1999) será ministrado, sempre das 18 às 20 horas, no auditorio Joaquim Nabuco, da Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UnB, a partir desta segunda-feira, até o próximo dia 24. Nele serão abordados aspectos da crise econômica latino-americana, o Plano Austral e o Plano Cruzado, o processo de acumulação do capital financeiro internacional e a crise estrutural do capitalismo no mundo. É gratuito e aberto ao público.